

Explicações para os que entendem a língua que eu falo

*O matemático que não for um pouco
poeta nunca será um matemático completo.*

WEIERSTRASS,
numa carta a Madame Kovalevska

*Privar-se-á da sua luz aquele que a
não queira receber em si.*

MARCO AURÉLIO

Num ponto, decerto, me vejo forçado a concordar com o Professor Caraça, meu ilustre amigo: na sugestão, que me faz, da «fraca utilidade da continuação da nossa conversa neste pé, dadas as línguas diferentes que falamos». E, havendo-me advertido de tal maneira, insiste Jesus Caraça por estes termos: «Eu sei, meu caro amigo, que é muito difícil (hoje estou quase convencido de que é impossível) que nós nos ponhamos de acordo. Temos formações diferentes, hábitos mentais diferentes, e falamos linguagens diferentes. Quando o meu amigo emprega, por exemplo, expressões tais como o Uno Unificante, a Origem das origens, a Unidade transcendental da apercepção no eu, refere-se com certeza a coisas que são para si claras, ao passo que eu não chego a ver em tais expressões verbais mais que simples *flatus vocis*, porque não consigo ligar-lhes um sentido preciso».

Como se vê, o ilustre Professor não entende tal língua. Acho bem. Não lho levo a mal. Todavia, creio incontestável que quem não entende tal língua não poderá igualmente compreender Platão (cujos diálogos são tecidos com matérias dessas, ou daquele mesmo género) e não chego a alcançar porque se ocupa dele. Houve um homem célebre (ao que li algures) que se reconhecia insensível, de todo, à música,

— «a mais incómoda e cara das barulheiras», consoante afirmava. Pois bem: admito inteiramente que se seja assim. Nada tenho a objectar a essa personagem célebre, que era grande e admirável. Não apreciava a música. Perfeitamente legítimo. Espantar-me-ia, no entanto, que tal homem se dedicasse a interpretar Beethoven, ou que proclamasse teorias para nos explicar um Bach.

Por outro lado, se temos de facto formações diferentes, e hábitos mentais que são também diferentes, e se falamos linguagens que são diferentes, — loucura seria, sem dúvida alguma, insistirmos em continuar esta conversação agradável, — que para mim, pelo menos, tem sido agradável. Não me fico, porém, só nisso; vou mais longe ainda.

Em primeiro lugar, pareceu-me sentir no Professor Caraça um acréscimo de «severidade» e de mau humor contra mim, percuciente e ácido, e dir-se-ia, até, que um pendor para o regime da argumentação emotiva, pessoalizante, *ad hominem*: e eu não quero decerto molestar ninguém, levar ninguém à violência, e muito menos uma pessoa de quem sou amigo, que é um professor distintíssimo, e que como tal muito admiro; e em segundo lugar, certos passos que vi no seu último artigo corroboraram-me a suspeita de que a dilucidação filosófica é uma coisa que contraria as suas convicções mais fundas, os seus dogmas básicos. Com efeito, insiste na persuasão de que os próprios Platões, quando examinam problemas de feição filosófica, não são determinados pela busca real do que é verdadeiro e do que é entendível, senão que se limitam (são palavras suas) a «dar satisfação às suas aspirações de homem de classe», «sujeitos ao ambiente da sua época e da sua terra». (Insiste, digo, porque assim o fizera nos *Conceitos fundamentais da matemática*). Ora, não posso duvidar de que o Professor Caraça não há-de ser criatura tão imensamente vaidosa que cuide que a Providência o privilegiou a ele contra essa lei metafísica de determinação mental. Portanto, deve crer que lhe sucede o que diz do filósofo, isto é, deve estar convencido de que as opiniões que sustenta, nas suas trocas de ideias comigo ou com outrém, não podem tender a qualquer valor de verdade; que não passam de maneiras de satisfazer a preceito as suas íntimas aspirações de indivíduo de classe, escravo do ambiente da terra e da época; que a única prova que realmente nos dá, ao discordar do que eu digo, é a de que ele é de uma classe que não

é a classe dum Sérgio; ou a de que ele não nasceu na minha pátria longínqua; ou que pertence a uma época que não é bem a que é minha. Eu, que rejeito a tirania dessa pseudo-lei (absolutamente arbitrária; que se destrói a si mesma (1)); que considero como nociva à verdadeira cultura e obstáculo ao entendimento de qualquer filósofo) poderia continuar numa discussão sincera, convencido de ser possível um esforço efectivo para atingir a objectividade de uma opinião exacta, de um juízo de verdade, de uma inteligibilidade autêntica: mas Caraça? Esse, parece-me, (parece-me, digo: pode ser que me engane) seria contraditório se nos tomasse a sério, — quer a mim, quando sou eu o que ajuízo; quer a ele, quando é ele o que opina. De acordo com o princípio de que se ali serviu, as ideias de um Platão são um produto da classe (e da terra, e da época), assim como a pêra é um produto da pereira (e da terra, e do clima); e as ideias de um Caraça são um produto da classe (e da terra, e da época), assim como a cereja o é da cerejeira que a dá. Ora, não seria vão, irracional, absurdo, que a cerejeira e a pereira discutissem a sério o problema de decidir se a cereja é a verdadeira, ou se é a verdadeira a pêra? Ou que algum de nós o fizesse? O problema do verdadeiro não se aplica aí, e discutir da verdade seria aí absurdo. Não faz aí sentido. À luz do princípio que ele aplicou a Platão, as opiniões de um Caraça são as que necessariamente há-de ter, dimanantes das aspirações da sua própria classe; e as opiniões de um Sérgio são as que necessariamente há-de ter, procedentes das aspirações da sua própria classe. E pronto. Não há mais que pensar. Estamos ambos certíssimos; vamos os dois muito a salvo. A cereja e a pêra são igualmente admissíveis. Não há que escolher. Toda espécie de discussão seria aí absurda. Portanto, com as homenagens de estima, de consideração, de apreço, que tenho clara consciência de que lhe são devidas, e que muito a meu gosto lhe estou prestando agora, envio-lhe os cum-

(1) Compreende-se porque digo que se destrói a si mesma: é que, se as teses filosóficas são meros produtos de um interesse de classe, a tese filosófica de que as teses filosóficas são meros produtos de um interesse de classes não passará, também ela, de um mero produto de um interesse de classe, e não pode pretender à validez objectiva.

primentos da minha despedida filosófica, até o possível momento em que ele deixe o dogma da determinação das ideias pelas aspirações da classe, ou então em que eu cobre a formação mental que o caracteriza a ele e que o distingue a ele.

Há, porém, os leitores da *Vértice*. Desses, probabilissimamente, alguns existem que se não fiam na lei da determinação da filosofia pelas aspirações de classe, e para os quais o empenho de atinar com a verdade não será, portanto, desarrazoado e vão. A esses é possível que ficassem dúvidas, e que esperem porventura que eu lhes acuda e explique. Venhamos a exemplos: o Uno Unificante será um *flatus vocis*?; não haverá relações da filosofia platónica com os exemplos matemáticos do Professor Caraça?; serão incompatíveis com a doutrina das Formas certas particulares equações que ele elegeu e exara?; estará a tese científica do «primado do número» em oposição ao espírito da doutrinação platónica?; assumirão nas ciências cada vez mais peso (como é crença minha) as concepções incompatíveis com a nossa faculdade *imagética*, o que concorda com o rumo que lhes marcou Platão?; passam-se as coisas na ciência moderna ao contrário daquilo que Platão traçou, e será a sua tese de que são necessárias as Formas (ou relações *permanentes*), será a tese que afirma que são indispensáveis as Formas, ia eu dizendo, para a possibilidade da constituição de um saber científico, — a «sublimação do desejo da imutabilidade social», sem motivo filosófico, intelectual, intrínseco, fundado na natureza da actividade do intelecto e nas condições da possibilidade de qualquer saber (como Caraça crê)?; será certo que não passaram de «amabilidadezinhas amarelas» as súplicas que enderecei a Bento de Jesus Caraça para que *quisesse* realmente perceber o filósofo, — ou, muito ao contrário, resultaram elas do dogma absurdo de que partiu Caraça numa obra sua (os *Conceitos fundamentais da matemática*), ou seja o de que não há nada que entender no filósofo, já que as teses formuladas por esse grande génio não podiam proceder de motivos razoáveis, não passando da sublimação dos seus interesses de classe?; e estarei eu a discutir estas questões filosóficas por um simples impulso de «polemicante bulhento» — ou então, ao contrário, porque estou animado da convicção sincera (com razão ou sem ela, mas incontestavelmente sincera) de que o assunto é coisa realmente séria para os destinos da cultura na

nossa pátria e de que a atitude de Caraça ao discutir Platão é um exemplo pernicioso para a educação dos jovens?

Eis certas perplexidades que poderão ter ficado, e que me sinto na obrigação de desvanecer de vez, na qualidade de «apóstolo do espírito crítico» (que Caraça teve a generosidade de reconhecer em mim), ou de obreiro inconcusso da cultura da Grei, que é a única função em que me propus servir.

1. É de supor que a parte dos leitores da *Vértice* que possui uma formação que se assemelha à minha — e os meus hábitos mentais, e o meu modo de linguagem, — se convença de que percebe com clareza extrema a necessidade da existência de um Uno Unificante, isto é, de certa Origem das origens das nossas hipóteses científicas («criações livres do intelecto», segundo o dizer de um Einstein): da necessidade, digo, de um acto absoluto de pensamento efectivo; de uma actividade *originária* de pronunciar juízos, de pôr um Eu (transcendente ao objecto, transcendente às classes, transcendente à época, transcendente à imagem), sem o qual a noção do ajuizar exacto, e a distinção do verdadeiro e do não verdadeiro — e ainda o intuito de investigar da verdade — não assumem realmente sentido algum: como não assume, de facto, sentido algum, a noção da cereja mais verdadeira que a pêra. Para ajuizar da verdade, tem de haver um Juízo: e tal Juízo não pode, ao que nos parece bem óbvio, depender das coisas sobre que ele próprio ajuíza, vir sujeito a essas coisas. Não: tem de ser um agir idealmente anterior, eminente aos objectos que em seu ajuizar ele concebe. E qual é o critério desses seus juízos? — É sempre o critério da coerência lógica, da *unidade* ideal das ideias que forma. Reconheçamos, pois, o carácter *unificante* da actividade do espírito. Porém, atenção aqui: a actividade do espírito, irmãos meus em linguagem, só poderá unificar se ela própria for *una*, isto é: só poderá unificar-se se se manter a mesma quando passa sucessivamente de uma ideia a outra ideia, e depois dessa a outra ideia, e depois a outra e a mais outra, no seu afã de as unir. Para unir ideia a outra ideia, é preciso que se não perca a primeira delas, quando já o pensamento transitou para a segunda; que um só espírito as pense; que um mesmo *cogito* as ligue; que pertençam, digo eu, a uma consciência única. Que diremos, pois, dessa

nossa acção de pensar? Que é *unificante* e que é *una*; que é o *uno* unificante, de que já falei tantas vezes. A «unidade transcendental da apercepção no eu» não passa de um aspecto desse mesmo tema (como sabeis, é uma noção corriqueira desde a *Crítica* de Kant, e que todos até hoje têm considerado entendível). Por outro lado, como nos diz um Einstein, a ciência realiza-se por *livres criações* do intellecto. Ora, sendo livres criações, são de facto *origens* (novidades, géneses), de que se *originam* consequências por unificações de ideias. E qual a origem das origens, nas investigações de um Einstein? — A actividade do pensamento do mesmo Professor Einstein, que se conserva como *una*: a «unidade transcendental da apercepção» em Einstein. Mas é Einstein o Absoluto? Será ele como um Deus? Não. Pois bem: a Origem das origens todas, nas investigações de um Einstein, será um Pensar absoluto que se revela nele, um Uno Unificante que se nele exprime.

Podem ser muito bem que eu esteja aqui enganado, que esteja em tudo erradíssimo; ao que se me antolha, todavia, não são só verbalismos de um *flatusvocista* ingénito; não são palavreados sem nexo, não são mirabolâncias patetas: mas as consequências necessárias da admissão de dois factos: o facto a que se dá o nome de «investigação científica» e o facto que se designa por «ajuizar da verdade». Se buscamos entender como são as coisas (investigação científica) é porque partimos do pressuposto de que elas são entendíveis, que formam um Uno ideal; isto é, porque cremos na possibilidade de uma unificação verdadeira, de uma unificação por ideias. Como depois de mil outros disse um dia Einstein, «il est certain qu'à la base de tout travail scientifique un peu plus délicat on trouve une conviction, analogue au sentiment religieux, que le monde est fondé sur la raison et peut être compris... Cette conviction, liée à un sentiment profond d'une raison supérieure qui se manifeste dans le monde de l'expérience, constitue pour moi l'idée de Dieu» (*Comment je vois le monde*, p. 162). Em termos platónicos: Einstein acredita na Forma do Bem; tem crença de que o Uno Unificante existe e de que o Mundo se amolda à unificação pelo Uno. (Como se vê, a formação mental do Professor Einstein afigura-se divergir da do Professor Caraça). Podemos atribuir àquela mesma Unidade (ou à Origem das origens, ou à Lei das leis) o que diz

Deus a Pascal numa passagem célebre: «Console-toi: tu ne me chercherais pas si tu ne m'avais trouvé».

Por outra banda, leitores, insisto em que a *origem* do conhecimento do devir (e no termo genérico de «conhecimento do devir» está inclusa essa espécie de conhecimento do devir, que é o cálculo diferencial) não pode ser o objecto que o estudioso estuda, mas a actividade conhecente do intellecto humano; a origem é o Uno unificante do espírito, a unidade transcendental da apercepção no eu.

Suponhamos, porém, que nos vinham objectar o seguinte:

«Seja $y = f(x)$ a lei de um fenómeno natural em que se acham interessadas as duas grandezas y e x de que y e x são símbolos representativos de conjuntos de valores correspondentes. A derivada $f'(x)$ representa, como é bem sabido, a taxa instantânea da variação da grandeza Y . Quando se põe uma equação diferencial $\varphi(x, y, y') = 0$ interessando x, y, y' e se pede a sua integração, isso corresponde matematicamente ao seguinte problema — determinar a função $y = f(x)$, posta sobre a sua derivada, taxa instantânea da variação, a hipótese $\varphi(x, y, y') = 0$. Não há aqui nada de Unidades Unificadoras nem de Formas do Bem, nem de qualquer outra metafísica semelhante ou dispar. Há apenas um método de determinação da realidade fluente por meio duma hipótese sobre a sua variação. Que tem Platão que ver com isto?»

Ora vejamos. Se quem me lê admitiu o que eu atrás explanei, responderá imediatamente às objecções anteriores:

Não, Senhor objector; não é isso. É evidente que tudo quanto nos aí declara — mas tudo: *tudo*, — tem que ver com a Unidade Unificadora do Espírito, ou seja a Forma do Bem. Com efeito, quando põe a equação (que é uma Forma platónica) ou seja um *ser*, relação *permanente* na variação das variáveis)

$$y = f(x)$$

executa um acto mental de *unir*: o de unir as variáveis x e y na *unidade* da relação que a equação sinala, — acto que nos parece uma patenteação evidente da unidade unificadora do seu próprio intellecto, — a qual nos revela (se a nossa reflexão vai bem feita) a Unidade Unificadora do Pensamento Absoluto, ou a Forma do Bem. Logo depois desse passo, quando alude à «lei de um fenómeno natural» (outra Forma

platónica) executa um acto mental de *unir*: o de unir os aspectos do fenómeno dado na *unidade* da Forma da dita lei, que é a *unidade* da multiplicidade de tais aspectos. Quando põe a equação diferencial que se segue (ou Forma platónica, relação *permanente*)

$$\varphi (x, y, y') = 0,$$

executa um acto mental de *unir*: o de unir x, y, y' na unidade da relação que a equação denota... Etc., etc., etc. Tudo isto nos parece a revelação mais óbvia da unidade unificadora do seu próprio intelecto, e (não sendo V. Ex.^a, provavelmente, o Absoluto) da Unidade Unificadora do Pensar Absoluto, ou seja da Forma do Bem.

Sem embargo, suponhamos ainda que o objector insiste, e que se nos sai a dizer:

«É melhor estudarmos um caso concreto, para nos não perdermos em palavras. Seja um exemplo tirado da Demografia Matemática, cujo objecto é diferente do da Física, mas cujo método é, no caso presente, o mesmo. 1.^a Fase. *Posição do problema*. — Determinar uma função que represente a variação do número N de indivíduos duma dada região com o tempo t . 2.^a Fase. *Escolha do método*. — Façamos uma hipótese sobre a taxa instantânea da variação:

$$\frac{dN}{dt} = a_1 \cdot N + a_2 N^2$$

3.^a Fase. *Cálculo* — Integremos a equação diferencial. Acha-se

$$N = \beta + \frac{x}{1 + e^{a+bt}}$$

Tomando conta dos valores iniciais, determinam-se em seguida as constantes α, β, a, b . 4.^a Fase. *Verificação* — Procura-se se os valores observados durante um período largo concordam, dentro dos limites permitidos de aproximação, com os valores calculados. Se concordam, aceita-se a lei; se não concordam, rejeita-se, e toma-se outra hipótese sobre

$$\frac{dN}{dt}$$

«Pode dizer-me de uma maneira precisa quais as relações da filosofia de Platão com esta questão nas suas várias fases?»

Vejamos ainda. Como se verifica, apresentam-se-nos aí quatro operações mentais: posição do problema; escolha do método; cálculo; verificação; apresentam-se, porém, como fases sucessivas de *um* problema único. Ora, quem as concebe como fases de um problema único executa um acto mental de *unir*, — manifestação da unidade unificadora do espírito, ou da Forma do Bem. Por outro lado, para que pensemos a quarta como sendo quarta é necessário que as ideias das três primeiras se mantenham na unidade da apercepção do eu. Além disso, fala-se, na primeira fase, de determinar uma função; ora, determinar uma função (a qual não é um sensível, e sim um puro inteligível) significa idear uma Forma platónica. Depois, surge-nos a feitura de qualquer hipótese sobre a taxa instantânea da variação. A dita taxa é uma Forma platónica, e não um sensível. E escreve-se logo uma equação sobre ela. Representa isto criar uma Forma, ou seja conceber uma relação *permanente* em que se acha *unido* um acervo de variáveis, revelando a unidade unificadora do espírito. Na terceira fase há uma integração, — operação que se realiza por uma combinação de Formas. O que de aí resulta é uma segunda equação, ou Forma platónica, unida à primeira por um entrançamento de Formas. Na quarta, ou se aceita a lei, ou se busca um'outra: e sabemos que uma lei é uma Forma platónica, isto é, a relação *permanente* a que obedece um fenómeno, ou seja a invariabilidade — ou ainda a *unidade* — que a unidade unificadora do nosso espírito encontra na própria variação fluente.

Mas como é que acontece (perguntareis talvez) que o Professor de Matemática não atinou a ver isto, que nos parece tão óbvio? É que os cientistas se enganam, por via de regra, sobre o verdadeiro carácter do que eles próprios fazem. Não sou eu que o profiro; di-lo o Professor Einstein: «Si vous voulez apprendre des physiciens théoriciens quelque chose sur les méthodes qu'ils employent, je vous propose de suivre le principe suivant: ne pas écouter leurs paroles, mais vous en tenir à leurs actes» (*Ibidem*, p. 163). Ora, um físico teorista é hoje em dia um matemático, e a observação, por conseguinte, aplica-se também aos matemáticos. Não escutemos os preconceitos do Professor de Matemática: dirijamos a atenção e a dilucidação filosófica para a natureza dos seus *actos* quando nos expõe a matemática.

2. No discrimine fundamental entre *inteligência* e *imaginação*; entre *idear* (ou *inteligir*, ou *conceber*) e *imaginar*; entre *ideia* e *imagem*: nesse discrimine, digo, há muitíssimo mais do que um capricho sérgico. É uma distinção platoniana? É uma distinção platoniana. E quem não traga na sua mente essa distinção platoniana (que *inteligir* é uma coisa e *imaginar* é outra; que *ininteligível* é uma coisa e *inimaginável* é outra) tem muito poucas probabilidades de compreender Platão. Sim, é uma discriminação platoniana; foi afirmada, porém, de maneira nítida, pelos grandes cartesianos do século xvii. Descartes, na sexta e última das *Meditações metafísicas*, vale-se de um exemplo notavelmente impressionante mostrando que a *ideia* do quiliógono é tão clara como a do triângulo, como a do pentágono; mas que, sendo-nos facilímo criar na mente a *imagem* do triângulo ou a do pentágono, é-nos impossível, pelo contrário, criar-nos a *imagem* do quiliógono. Do quiliógono só é possível a formação da *ideia*; a da *imagem*, não. Nas *Respostas às Quintas Objecções* o mesmo filósofo clama assim: «J'ai déjà protesté plusieurs fois, ô chair, que je ne voulais point avoir affaire avec ceux qui ne se veulent servir de *l'imagination*, et non point de *l'entendement*». Malebranche, na *Busca da verdade* e nas *Meditações cristãs*, traz alusões repetidas a essa destringa básica. Na primeira obra, diz ele: «L'*image* d' un carré, par exemple, que *l'imagination* trace dans le cerveau, n'est juste et bien faite que par la conformité qu'elle a avec *l'idée* d'un carré que nous *concevons* par pure *intellection*. C'est cette *idée* qui règle cette *image*. C'est *l'esprit* qui conduit *l'imagination* et l'oblige, pour ainsi dire, de regarder de temps em temps si *l'image* qu'elle peint est une figure de quatre lignes droites et égales, dont les angles sont exactement droits, en un mot, si ce qu'on *imagine* est semblable à ce qu'on *conçoit*». (*Recherche*, L. III, 2.^a partie, chap. III; os itálicos são meus). E sabe-se como Espinosa apresentou na *Ética* (2.^a parte, proposição 40, escólio 2.^o) a sua célebre doutrina dos três géneros de conhecimento, onde dá ao primeiro o nome de *imaginação*; ao segundo, o de *razão*; e ao terceiro, finalmente, o de *ciência intuitiva* (o «intuitivo» de Espinosa, será bom adverti-lo, nada tem de anti-intelectualista, ao invés do de Bergson). Como se está vendo, pois, a separação das duas: a *imaginação*, — grau abaixo; e a *razão*, — grau acima.

(Pena é que Kant não desenvolvesse a preceito, mais de um

século depois, um passo da primeira edição da *Crítica*, onde diz por esta forma: «Há três fontes subjectivas de conhecimento, de onde deriva a possibilidade de uma experiência em geral e do conhecimento destes objectos: *sentidos, imaginação, apercepção*»).

Porém, tal distinção psicológica, extremamente justa, foi depois naufragar entre pensadores ingleses, — um Locke e um Berkeley, a que se seguiu um Hume. Tendeu-se a abandonar a orientação platónica, a identificar a *ideia* com a passividade *imagética*, assimilando-se aquela (que é, para um platónico, uma relação activa) a uma percepção mais fraca. Graças a isso, deu-se o nome de «idealismo» à doutrinação de um Berkeley, — quando é de facto um *imagismo*, ou um realismo da *imagem*. Depois, tal erro prolongou-se e difundiu-se no Mundo, através do associacionismo do século XIX. A inteligência, então, definiu-a um Taine como um «polipeiro de imagens»: e uma vez admitida essa noção do intellecto, parece-nos justificado o anti-intelectualismo bergsónico. Bergson, com efeito, descreve sempre o entendimento pelo que é próprio da imagem; e eu, se considerasse a inteligência como um polipeiro de imagens, seria anti-intelectualista, como Bergson o foi.

Neste campo, por conseguinte, poderíamos nós delinear duas tradições opostas: de um lado, — a que encara a inteligência como um polipeiro de *imagens*, e que se apega, por isso, às concepções decorrentes da intuição sensível; do outro, — a que vê nela, ao contrário, uma actividade criadora de *relações-ideias*. Convencionemos chamar «os amigos da imagem» aos filósofos e cientistas seguidores da primeira; e aos seguidores da segunda (discípulos de Platão) «os amigos da ideia», ou da «relação permanente».

Neste campo, à tradição platoniana cabe defini-la assim: *afirmação do primado da ideia em relação à imagem*, ou, por outras palavras, da relação inteligível sobre a intuição sensível.

Ora, há ideias mui pegadas à sua raiz de imagem, se me posso assim exprimir; outras, que se afastam mais ou menos da sua origem imagética (da intuição sensível de onde o processo parte); outras, por derradeiro, absolutamente desprendidas de qualquer imagem. Assentemo-lo bem: há Formas inassociáveis a qualquer imagem, sem ligação a Sombras; de «formosura» absoluta, por que assim digamos, — como

as de justiça, de bondade, de actividade pensante, de entropia, de constante de Planck, de contínuo quadridimensional, de bem ético, de juízo... Comparem-se, por exemplo, as ideias de *parecença* e de *analogia*. A *parecença* consiste numa semelhança *sensível*, numa semelhança de *imagens*. Assim, dizemos que certa criança, nas feições do seu rosto, se parece muito com o pai. E a *analogia*? A analogia, pelo contrário, é uma semelhança de *ideias*; uma semelhança *inteligível*, ou semelhança relacional. Assim, a self-indução é análoga à inércia, a temperatura é análoga ao potencial eléctrico. Exemplifica-se por *imagens* uma relação de *parecença*; uma de *analogia*, não. A *parecença* não é, como a *analogia*, uma Forma pura.

3. Ora, o evoluir do saber, na sua linha geral, deu confirmação á tese (que é essencialmente platónica) do *primado da ideia em relação à imagem*. Fixar bem tal ditame: confirmou-se a tese, essencialmente platónica, do primado da ideia em relação à imagem, — o da Forma platónica sobre a Sombra platónica; o da relação inteligível sobre a intuição sensível. As sucessivas noções que a ciência forja são cada vez mais libertas da intuição imagética, mais da raça estreme das ideias puras, radicalmente relutantes à tradução por *imagens*. Em maior grau cada vez, as invenções explicativas a que recorre o sábio contrariam as hipóteses que mais facilmente se geram das aparências imediatas do acontecer sensível (exemplo: a hipótese heliocêntrica nas explicações astronómicas). À medida que o saber progrediu de facto, as teorias interpretativas foram-se tornando *inimagináveis*, e avançando, pois, no sentido que nos indicou Platão.

Inimagináveis, sim. Insisto em que é *inimaginável* o contínuo quadridimensional, e *inimaginável* a doutrina que em tal noção se estriba, ou seja a física de Einstein; em que a ciência do nosso tempo assenta em bases *inimagináveis*. A sua *inteligibilidade* nada diminui por isso; pelo contrário: aumenta. É a exigência de *inteligibilidade* que faz recuar e expulsa as explicações mecanicistas que são de base *imaginativa*, para deixar um campo cada vez mais livre à livre fantasia das *relações entendíveis*, ou Formas platónicas. Porque a verdadeira ideia não é a imagem; porque a genuína Forma não é a Sombra; porque o acto de *idear* (ou de *inteligir*, ou de *conceber*) é um acto diferente

do de *imaginar*. Lembrai-vos da série do trecho de Kant: sentidos, imaginação, — e apercepção, enfim. A ciência da actualidade, pois, é aquilo a que Platão dava o nome de *ciência*: porque *ciência*, em linguagem platónica, é a explicação que se realiza consoante a *ideia*, ou relação permanente; ao passo que a interpretação consoante a *imagem* não passa de simples *opinião*.

4. Venhamos agora à geometria analítica. Foi inventada no século XVII, dois mil anos depois de Platão morrer. Este, portanto, não podia ter afirmado o primado do número (em relação à imagem, figura, ou «esquema») pela mesma maneira que essa geometria o faz. Mas agora, ouvi-me. O primado do número é um caso particular do primado da *ideia* perante a *imagem*, do primado da *relação* com respeito à *figura*, do primado da Forma sobre a respectiva Sombra, — que é o princípio fundamental da doutrinação platónica (o número é *ideia*; a figura, *imagem*). Claro, não há um trecho de Platão com estas três vozes em fila: «primado do número»; porém, a opinião que sustenta o primado do número inclui-se logicamente na do primado da ideia, e é uma óbvia consequência da filosofia dele. Pertencem de direito a uma filosofia dada todas as lógicas consequências das suas teses básicas. Os problemas filosóficos não são questões de palavras, de citações literais: são questões de entendimento do que as palavras dizem. Não é preciso que concordemos aqui em que Platão reelaborou o conceito de número, já que segundo a filosofia platónica o número é essencialmente uma relação, — é essencialmente, portanto, uma ideia. Quem quer que se decida pelo primado do número encorpora-se no cortejo dos amigos da ideia, toma o rumo filosófico que nos traçou Platão.

Criada, pois, a geometria analítica (que exemplifica à maravilha a concepção platónica) comprovou-se que as equações que se então conheciam se traduziam no sensível por uma figura geométrica. Quer dizer: traduzia-se cada *ideia* por uma certa *imagem*, cada Forma platónica por determinada Sombra. (A equação é, com efeito, a ideia relacional que dá a *união* das variáveis, a sua relação *permanente*: é uma Forma platónica).

Mais tarde descobriam-se (ver o artigo anterior) equações intraduzíveis por qualquer figura. Pânico no arraial dos amigos da imagem;

júbilo, ao contrário, no dos amigos da ideia. Dessas ideias-equações para que não há imagem, são algumas traduzíveis por uma feição *indirecta*, por uma ligação a imagens que não é perfeita, como tentei mostrar-vos nesse mesmo artigo. E (palavras minhas) se nos dessem acaso uma equação qualquer, a que nem imagens imperfeitas soubéssemos nós ligar? A isto respondi, nesse mesmíssimo artigo: estaríamos na presença de um inteligível puríssimo. De um inteligível puríssimo, insisto agora em dizê-lo, — como o são os conceitos de actividade pensante, de justiça, de bondade, de convicção, de melancolia, de contínuo a quatro dimensões, de juízo, de constante de Planck, de moral, de entropia, — etc., etc. Como os inteligíveis puríssimos a que se referiu Platão. Parece-me que só um homem inteiramente obcecado pode supor que atrapalha um dos amigos da ideia ao apresentar-lhe uma equação para que ele não vê imagem, — mas para que um dia (quem sabe?) talvez se ache, enfim, uma figuração mediata. (Aqui, um parêntesis: o parágrafo 4 desse meu artigo não quis ser uma dissertação de especialidade matemática, feita a alunos de matemática, para lhes dar lições de matemática. Não: seria isso estólido; foi só uma gráfica exemplificação da teoria platónica das Formas, — onde, para não ser caricato, se me impunha o dever de simplificar tudo ao máximo, e o emprego de uma linguagem muito familiar e acessível, e uma ausência completa de tecnicidade abstrusa. Sim, decerto: foi uma exemplificação para «caloiros». Que todos o somos, em suma. Os que o não são em matemática têm de o ser em biologia, por exemplo, — ou em química, ou em etnografia, ou em composição musical, ou em glótica... Para aquilo que me propunha levar a cabo ali—e para o que eu *devia* fazer—a matemática era um *meio*, não era nada um fim. O facilitar as coisas para os leitores «caloiros» é arte característica do prosador de ideias. O prosador de ideias é um universal caloiro que tem o dom apreciável de esclarecer problemas. Porque saber é uma coisa, esclarecer é outra; e se entre os homens que sabem pode haver pedantes, entre os homens que esclarecem nunca os pode haver. Alguns ilustres professores de ciências físicas e matemáticas (nada inferiores a um Caraça) felicitarão-me calorosamente pelo meu artigo. E porquê? — Porque perceberam a sensatez daquela simplicidade de tom, e que para exercer proficuamente esta minha missão de cultura devo evitar o exprimir-me

com uma pedantaria hermética, sendo os dotes supremos de que me cumpre usar a clareza do entendimento e a diafaneidade do estilo, — a beleza intelectual, a limpidez do verbo. *A thing of beauty is a joy for ever.* (Uma alegria para sempre, e uma iluminação para sempre).

5. Estará a teoria-do-conhecimento que criou Platão em desacordo com o carácter da ciência actual? Ouçamos as objecções do ilustre Professor de Matemática:

«E porque digo eu que a sua (de Platão) *Teoria do Conhecimento* satisfaz as aspirações do homem de classe? Pela tendência à evasão da realidade sensível, ao refúgio num mundo de imutabilidade lógica, sublimação do desejo de imutabilidade social; pelo papel inferior que nessa Teoria desempenham os sentidos, directamente ligados à observação do sensível, à técnica — agente de transformação. Toda a sua obra respira o desdém aristocrático pelos sentidos e pelas artes manuais que lhes estão ligadas. Na sua *Teoria do Conhecimento* essa degradação dos sentidos é manifesta. Que método, com efeito, nos preconiza ele para atingir a verdade? Primeiro, elevar-se acima do mundo do sensível, do domínio da *opinião*, exercitando-se no cultivo das ciências: aritmética, geometria, astronomia e música, por meio das quais se atinge o *conhecimento* raciocinado, intermediário entre a convicção e a *inteligência pura*. Depois, à *dialéctica*, que permite finalmente atingir este. Como concebe ele a dialéctica? Citemo-lo da *República*: «*Aquele que se aplica à dialéctica que, sem nenhuma intervenção dos sentidos, se eleva, pela razão só, até à essência das coisas e continua as suas investigações até que tenha apreendido pelo pensamento a essência do bem* (2), *esse atingiu o termo da ordem inteligível, como aquela que vê o Sol chegou ao termo da ordem visível. Tu distinguirás, pondo-os à prova pela dialéctica, aqueles que sem o socorro dos olhos nem dos outros sentidos são capazes de se elevar até ao conhecimento do Ser* (3) *só pela força da verdade* (4). *Parece-te portanto que a dialéctica é o fecho e a cúpula das ciências, que não há nenhuma que se lhe possa colocar acima, e que ela fecha a série das ciências? Sim*».

«Na Ciência Moderna as coisas estão bem longe de se passar assim, já que ela não pretende atingir a verdadeira ciência nem verdades absolutas, de que não

(2) Isto é: até que tenha apreendido o carácter da Unidade Unificadora, o do Princípio da Inteligibilidade, o da harmonia ideal das ideias, o da Coerência universal das Formas.

(3) Isto é: até o conhecimento do sistema das relações permanentes, da unidade formal das Formas (leis, equações, etc.).

(4) Da pura inteligibilidade, e não da mera tradução por imagens.

tem que curar, já pelo papel criador que nela desempenha a experimentação em todos os níveis do processo do conhecimento».

Não creio, em primeiro de tudo, que os grandes criadores da ciência de hoje concordem com o juízo do Professor Caraça, de que «na Ciência Moderna as coisas estão bem longe de se passar assim». Escolhamos por exemplo o Professor Einstein (para demonstrar o que digo poderia tomar vários outros), o qual não deverá ignorar como se passa a coisa. É óbvio que a opinião do Professor Einstein, expressa nos trechos que a seguir traslado, diverge radicalmente da do Professor Caraça, e coincide essencialmente com a que nos dá Platão:

«Les concepts mathématiques utilisables peuvent être suggérés par l'expérience, mais non pas en être déduits en aucun cas. L'expérience reste naturellement l'unique criterium de la possibilité d'utilisation d'une construction mathématique pour la physique; mais c'est dans la mathématique qui se trouve le principe véritablement créateur (na invenção matemática, puramente inteligível, e de maneira alguma na experimentação, que não cria nada). A un certain point de vue, je tiens aussi pour vrai que la pensée pure (o puro pensamento, desprendido dos sentidos) est capable de saisir la réalité, comme les anciens y ont songé (e de tais antigos, evidentissimamente, o nisso mais característico é decerto Platão)... Comme cependant les perceptions des sens ne donnent que des renseignements indirects sur le monde extérieur, sur ce réel physique, ce dernier ne peut être saisi par nous que par voie spéculative (platonismo puro)... De plus, le théoricien est forcé, dans la recherche des théories, à se laisser conduire par des points de vue formels (formais, repare-se), purement mathématiques (puramente, advirta-se) parce que l'expérience de l'expérimentateur au point de vue physique ne peut pas l'élever jusqu'à ces domaines de la plus haute abstraction (compare-se isto com os dizeres de Platão: «elevar-se ao conhecimento do ser» — do que permanece, das relações entendíveis, — «só pela força da verdade»). A la place de la méthode plutôt inductive de la science, telle qu'elle correspond à l'état de jeunesse de celle-ci (é o estado em que a vê ainda o nosso Professor de Matemática), on voit apparaître la déduction qui tâtonne» (Einstein, *Comment je vois le monde*, p. 168-9, 194 e 224).

Como se vê, o texto de Platão de que discordou Caraça e o trecho de Einstein por mim citado têm precisamente a mesma índole. O de Einstein é o de Platão — poderá dizer-se — traduzido na linguagem do nosso tempo.

Caraça, ao falar ali no papel criador que desempenha a experi-

mentação na constituição da ciência, cometeu um engano perfeitamente idêntico ao que havia perpetrado no seu outro artigo, ao considerar o devir, ou variação das coisas, como *fonte* do conhecimento da realidade fluente. A experimentação, na verdade, nunca *cria* nada: é uma sorte de peneira com que se faz a escolha entre as hipóteses explicativas livremente ideadas (simples critério, como diz Einstein, da possibilidade de utilização das criações matemáticas). Papel criador só o representa o intelecto, na sua livre fantasia, quando inventa as hipóteses, — que assumem, cada vez mais, o carácter de Formas, de relações entendíveis. Inventada a hipótese, a própria ideia de uma experimentação que a comprove tem de ser inventada pela actividade mental, como Forma para a contrastaria de uma outra Forma. Digamos que a experimentação não é pròpriamente criadora, senão que ela mesma uma criatura do espírito (ou da Forma do Bem); e outrossim que o agente das transformações sociais, pròpriamente falando, não é tal a técnica, senão que sim o intelecto que inventou as técnicas, e que aperfeiçoou as técnicas. Da mesma maneira, não *há* um número infinito de equações de uma curva: o espírito é que se sente com a capacidade intrínseca, com o poder imanente, de seguir sempre fantasiando — sem se esgotar, sem termo, — sistemas de coordenadas a que poderá referi-la (como com a capacidade intrínseca de ir fantasiando sem termo, sem se esgotar jamais, quaisquer novos descendentes de certo avô longínquo, quaisquer novas imagens numa combinação de espelhos, quaisquer novos compradores de automóveis Ford). Toda verdadeira infinidade é da criação do espírito; toda criação na ciência promanou do espírito. Enquanto Caraça obedecer à miragem de encontrar para além da interioridade do espírito aquilo que apenas se gera neste, — as noções que formar sobre o conhecimento científico hão-de sempre achar-se no polo oposto das que vimos num Einstein e num Platão.

Passando agora à individualidade deste último, não conheço exemplo de filósofo algum que menos se evadissem da realidade social. Três vezes se dirigiu às terras de Itália, onde interveio activamente na coisa pública, animado do desejo de reformas sociais; e muito expressamente proclamou na *República* que o sábio que se libertou da escravidão da Caverna *não* deverá evadir-se da realidade humana, — *não* deverá refugiar-se num mundo ideal imutável mas voltar à Caverna do

viver comum, para auxiliar os outros na libertação comum. Em Platão, o pretenso «desejo de imutabilidade social» manifestou-se em projectos de mutações profundíssimas, com descomunal arrojo. Destinava a um escol (a um escol de inteligência, claríssimo está) as suas conferências na Academia; porém, os diálogos que até nós chegaram escreveu-os como obras de divulgação filosófica; e defendeu as multidões contra os seus censores. Além disso, não conheço trabalho de filosofia algum em que tanto se fale nos ofícios manuais como no texto dos diálogos que nos legou Platão, — e não para os desprezar, senão que sim para pedir a esses misteres humildes alguns símiles adequados a especulações altíssimas; e no lance em que o filósofo nos quer dar um exemplo dos nossos dotes intrínsecos para a criação da verdade, — para o exercício da Razão, nossa prerrogativa máxima, — quem é que escolhe para o efeito, quem é que vai ele buscar? Vai buscar um escravo (5).

O seu génio especulativo de penetração agudíssima, porém, viu claro que a inteligência só poderá exercer-se sobre objectos *permanentes* de pensamento (se os objectos fluem, as suas ideias não fluem, as suas ideias são *seres*) e que alcançar o conhecimento da realidade que flue é construir um sistema de relações *permanentes*, essas Formas a que os modernos têm dado o nome de leis, matematicamente expressas nas equações dos físicos. Se não houvesse uma unidade de relações *permanentes*, seria impossível a ciência; e se o génio de Platão, em seu pensar lucidíssimo, concluiu pela necessidade da existência das Formas, como condição da possibilidade de qualquer saber, não o fez por temer-se das transformações sociais (que ele tanto desejou e prègou) senão que teve de afirmá-lo por essa razão intrínseca, intelectual, filosófica, de que a inteligência nos diz que tem de ser assim.

Quando vi nos *Conceitos fundamentais da matemática* os trechos seguintes do Professor Caraça (só agora falo neles, mas é por causa deles que vem tudo) eu vi aí um incitamento à incultura filosófica, à

(5) Aliás, aquele pretenso desprezo das técnicas, atribuído a Platão pelo Professor Caraça, é contrário ao espírito da língua grega, onde a palavra que traduzimos por *poeta* designa ao mesmo tempo *fazedor* em geral, incluindo toda espécie de *artífices*, toda espécie de *técnicos*.

incompreensão da genialidade, à barbarização dos leitores. Vi-o, sim: com razão ou sem ela, mas com sinceridade integérrima. Lede-os vós, e ajuizai:

«Sócrates e, principalmente, Platão, são os filósofos desse rumo novo. Em que consiste ele?... em suma, na tendência para o abandono da realidade sensível, da realidade fluente, e para o refúgio no seio do espiritualismo, onde se pode construir, à vontade, uma *permanência* que abrigue dos vendavais da transformação... ! Dilema implacável em que Platão se debate! — ou as Ideias com todas as dificuldades e as consequências que delas resultam (entre as quais esta, necessária: que só se pode bem filosofar, só se atinge plenamente a verdade, depois de morto), ou isso, ou o vendaval da fluência, da transformação, com todas as suas consequências, implacáveis também... a doutrina de Platão sai da de Heraclito por oposição a ela (6); o seu objectivo essencial é criar uma *permanência* racional, mansão artificial duma pureza e de uma verdade artificiais... Mas há no pensamento de Platão qualquer coisa de mais importante, de mais fundo, qualquer coisa de que a teoria das Ideias é o instrumento — a defesa contra a fluência e o carácter aristocrático do sistema — e isso fica. O pensamento grego dominante aparece invadido pelo horror da transformação, e de aí resulta o horror do movimento, do material, do sensível, do manual... Ora aí está... o nosso filósofo (Platão) conseguiu o seu objectivo! escamotear a transformação, o devir (falsa aparência!) pondo, entre nós e ele, a figura geométrica, — o ser que guarda a identidade! Está suficientemente claro?» (*Conceitos fundamentais da matemática*, vol. II, p. 94, 99, 101, 103 e 109).

Platão escamoteador: eis o que é para Caraça «suficientemente claro». A teoria das Ideias, — uma como trampolinice de prestimano hábil, para evitar os perigos das transformações sociais. Já antes, todavia na p. 9, proclamara o nosso Amigo esta fórmula geral:

«Este princípio do permanente rejuvenescimento tem preocupado o pensamento dos pensadores de todos os tempos e provocado as atitudes mais contraditórias. Uns, aceitando-o como um dado real, uma característica fundamental da Natureza, fazem dele a base de partida do seu esforço na compreensão do real. Outros, aterrorizados pelo sentimento de instabilidade que ele provoca, instabilidade que nada poupa, do mundo físico ao mundo social, reagem, procurando substituir o mundo real do *devir* por um mundo artificial da *permanência*.»

(6) Não por oposição a ela, mas como indispensável complemento dela.

Eis aí o motivo da minha intervenção no caso; eis aí a origem da minha explicação sobre as Formas. O que me ocorreu de princípio, apenas li tais dizeres, foi publicar um artigo, sem mais demora, a prevenir os leitores contra essa visão satírica. Por impulso «polemicante» contra o seu ilustre autor, de quem sou amigo? Ora! Quem crerá em tal coisa? Não, certamente, não: mas por amor à cultura; para defesa de uma faina em que trabalhei quarenta anos; por sinceríssimo persuadimento de que essa romanceação dos filósofos não passava na verdade de uma teatralização de títeres, de uma filosofal galhofeira, — bonifratada, aliás, com candidez perfeita, com a mais pura e incontestável das intenções magnânimas. Quero aqui acentuá-lo: foi somente para dissipar a ridiculez vexante com que na prosa de Caraça me apareceu Platão — foi para isso, tão só, — que eu acudi à pena; e por delicadeza para com ele que o não confessei de início. Ao cabo de contas (repito-o) essa aflitiva comicidade é o que me fez vir à liça, e ao tom caricatural dessa encenação de farsa é que pretendi arrancar o meu ilustre Amigo. Por amor da cultura, sem dúvida alguma, mas também por ele, que está muitíssimo acima desse entremês burlesco, inteiramente indigno do seu belo espírito. E jamais confessaria o que estou aqui dizendo, se não fosse o caso de ele aparecer-me agora, neste novo artigo, a reincidir no absurdo dessa visão satírica...

Apesar de tudo, porém, eu desisti do artigo. Preferi avisá-lo de uma maneira indirecta (e aos leitores do seu livro) numa nota escondida em qualquer obra em tómo, onde mostraria que os objectos-do-pensar constantes, invariáveis, fixos, — e que as relações *permanentes* na desenvolução do variável — são condições da possibilidade de qualquer ciência: e que foi para estabelecer a possibilidade da ciência que o génio de Platão architectou as Formas. Se é um «mundo artificial» o em que há permanência, esse «mundo artificial» é o do saber científico...

Ora, passados mais de três anos de redigida a nota, pediram-me um artigo para a revista *Vértice*. Estava então ocupadíssimo com trabalhos vários. Fui à pasta dos inéditos. Mergulhei a mão, tirei algo. Dei à revista a nota.

Eis a prova provada do meu fervor polémico. Eis aí a amarelidão. A perversidade. O crime.

Amarelidão? Mas porquê, senhores? Não! Não pode ser, não o

creiam: o meu «queira perceber» não é «amabilidadezinha amarela». E de que amarelidão, disse-me? Da do complexo de inferioridade? Da da humilhação? Da da inveja?... Ou será acaso a amarelidão do pavor do variável, que já levou um Platão a «escamotear» o fluxo?

Não, repito: o nosso objector enganou-se. Aliás, eu não pedi que se esforçasse por me compreender a mim: pedi-lhe que se esforçasse por compreender o filósofo.

E esse pedido impõe-se. É necessário. É lógico.

Com efeito, atenda-se: o dogma de que os motivos de um pensador supremo são apenas o temor das transformações sociais é um círculo vicioso de nunca-querer-compreender. Esse dogma impede, a quem quer que o aceite, um esforço por atingir as razões intrínsecas (razões científicas, intelectuais, reflexivas) das concepções dos génios. E porquê, senhores? Porque do dogma resulta a consequência óbvia de que as razões intrínsecas e intelectuais não existem: e seria incoerente o fazer um esforço para encontrar aquilo que se declara impossível, o que se não crê que exista. Aceitando esse dogma, — ou o aceitante é ilógico, ou nunca buscará compreender. Por outro lado, o não querer compreender tem por efeito óbvio o não se acharem as razões intelectuais do filósofo, e radica a opinião de que as razões não existem, mas somente o desejo da imutabilidade social. Como sair deste círculo? Por uma decisão heróica, sem dúvida alguma; por uma súbita inspiração de libertação e auto-crítica; por um relâmpago de vontade a fuzilar na treva; por um salto aventureiro, por um ímpeto enérgico, de querer enfim perceber. Em mim, por conseguinte, não há tal amarelidão (há só lógica, insisto) quando repito a Caraça: «queira enfim compreender!» E permito-me guardar uma firme fé fraterna nas luminosas possibilidades do seu belo espírito. Inteligência para o caso possui-a ele de sobra. A boa vontade é que falta. Mas demos tempo ao tempo. Cá o fico esperando, assegurado e crente. Reconhecerá a rectidão com que procedo agora. Ser-me-á bom, ser-me-á justo. Há-de sair da Caverna. Há-de ver.

6. Bem. Como questão de doutrina, creio suficiente o já dito. Só me falta uma explicação, sobre a miudez de um acidente. Quando redigi o manuscrito do meu segundo artigo, bosquejei nele o original

da figura 2 com as proporções correctas que deveria ter. Ao receber as provas, todavia, reparei que o camarada que faz os desenhos para a *Vértice* achatara indevidamente o meu esquiço exacto. Conjecturei que o fizera para o tornar mais breve, com economia de metal (o metal está caríssimo, e creio que a *Vértice* é pobre). Não desejando obrigar a administração da revista a um excesso de despesa que me pareceu evitável, comuniquei que não exigia uma gravura nova, contanto que a redacção lhe apusesse uma nota, em que se prevenisse o leitor. Não poderia suspeitar de que me viesse de aí aguaceiro, e que se tivesse a fantasia de me agredir por isso. No entanto, disse Caraça assim:

«Em primeiro lugar, a figura 2 está muito mal feita, ou, melhor, essa figura tal como está não permite os raciocínios do texto; para eles serem válidos, o ângulo das duas rectas devia ser 90 graus quando é apenas de 30. Se o meu Amigo, em vez de se pôr a filosofar sobre a operação de meditação, tivesse agarrado um transferidor e medido o seu ângulo, via logo o erro em que estava. Isso ter-lhe-ia evitado aquela notazinha do final do artigo, que me fez lembrar aquela outra nota do final dum livro que apareceu há tempos, escrito por um imortal, secretário de imortais: onde no texto está batatas leia-se centeio!»

Ninguém duvida, creio eu, de que a essa grossa chuchadeira que se me atira em rosto saberia eu responder com chuchadeiras minhas. Saberia, mas fujo-o; é tentador, mas calo-me. Seria engraçado, talvez, mas atrabiliário e iníquo. Busco a larga invulnerabilidade de uma compreensão amplíssima, e Caraça é credor do mais incondicional respeito. Aliás, fácil foi o vencer-me, já que me não faltou amparo: dir-se-ia que Platão me esteve a pilotar no transe, e que com ele saí eu — indo atrás dele, seguindo-o, — dessa tentação sombria:

Lo duca ed io per quel camino ascoso
Entrammo a ritornar nel chiaro mondo:
E senza cura aver d'alcun riposo,

Salimmo su, ei primo ed io secondo,
Tanto ch'io vidi delle cose belle
Che porta il ciel, per un pertugio tondo:

E quindi uscimmo a riveder lè stelle.